



**UFSM**

**Artigo Monográfico de Especialização**  
**A INCLUSÃO DOS SURDOS NO MUNICÍPIO DE SÃO**  
**BENTINHO – PB**

**Adalgisa Bandeira Nobre**

**Pombal-PB, Brasil**

**2010**

**A INCLUSÃO DOS SURDOS NO MUNICÍPIO DE SÃO  
BENTINHO – PB**

por

**Adalgisa Bandeira Nobre**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**Prof<sup>a</sup> Ms.Tatiana Bolivar Lebedeff**

**Pombal - PB, Brasil**

**2010**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e**  
**Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo  
Monográfico de Especialização

**A INCLUSÃO DOS SURDOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTINHO –**  
**PB**

elaborado por

- **Adalgisa Bandeira Nobre**

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e***  
***Educação de Surdos***

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Profª Ms. Tatiana Bolivar Lebedeff**

(Presidente/Orientador)

---

**Profª Ms. Ana Luisa Gediel**

---

**Profª Ms. Edna Márcia de Sousa**

Pombal - PB, Brasil

2010

## **RESUMO**

Artigo de Especialização

Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

# **A INCLUSÃO DOS SURDOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTINHO – PB**

AUTOR: Adalgisa Bandeira Nobre

ORIENTADOR: Prof<sup>a</sup> Ms. Tatiana Bolivar Lebedeff

O presente estudo teve como objetivo discutir sobre a inclusão de pessoas surdas em escolas de ensino regular, tendo como foco da pesquisa as representações de profissionais de uma escola municipal no estado da Paraíba, na cidade de São Bentinho, que ainda não vivenciaram a experiência da inclusão de pessoas com surdez. Foi realizado um grupo de estudos que discutiu a inclusão de alunos com surdez a partir da leitura de pressupostos teóricos e, a seguir, foram realizados debates direcionados às práticas pedagógicas utilizadas no processo de inclusão. Os resultados evidenciam a necessidade de dar continuidade ao processo de formação dos professores, tendo em vista que a forma de comunicação utilizada demonstrou ser um dos maiores obstáculos para o processo de inclusão. Pretende-se contribuir com os professores para a motivação de estudos relacionados a área da surdez e o respeito às diferenças.

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	<b>05</b>
<b>2. METODOLOGIA</b>	<b>06</b>
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>08</b>
3.1 Educação Inclusiva: aspectos legais	<b>08</b>
3.2 Educação Bilíngue	<b>13</b>
3.3 Realidade Educacional Inclusiva	<b>15</b>
3.4 Pedagogia Surda	<b>17</b>
<b>4. ANÁLISE DE DADOS</b>	<b>21</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	

## 1 APRESENTAÇÃO

A inclusão social vem sendo um tema bastante debatido em todos os âmbitos da sociedade, principalmente, no espaço educacional, onde as opiniões sobre tal processo são bem divididas. O presente artigo monográfico tem como objetivo sistematizar idéias e refletir sobre a inclusão de pessoas com surdez, destacando as concepções defendidas por profissionais que atuam na área educacional.

Para tanto, foram analisados alguns aspectos legais nacionais e mundiais que, permeiam sobre o tema, bem como depoimentos e debates entre profissionais que atuam numa escola regular da rede municipal no interior da Paraíba, com o intuito de compreender o que estes pensam sobre a inclusão de surdos, tendo em vista que o despreparo dos educadores atuantes em classes de ensino regular tem sido apontado como um dos grandes impulsionadores da segregação de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Historicamente, diversos estudiosos vêm discutindo aspectos relativos ao processo de inclusão e sua ineficácia na realidade prática, esses afirmam que, os indivíduos com surdez têm sido excluídos do espaço escolar onde tem se efetivado a aquisição da linguagem oral e escrita baseada na tradição oralista, que acaba por considerar os surdos como portadores de uma patologia.

Os estudos bibliográficos realizados a partir de uma reflexão teórica, contribuíram para a motivação da discussão do tema, haja vista que a escola onde foi realizada a pesquisa de campo ainda não saboreou a experiência da inclusão de pessoas surdas e que a maioria dos seus profissionais ainda não despertou para a busca de formação profissional neste contexto. Desta forma, as discussões na escola e as entrevistas tiveram o papel de trazer questionamentos e referências para a concretude do estudo.

Percebo esta discussão de extrema relevância para nossa sociedade, a fim de despertar em nossos profissionais o interesse e a conscientização sobre o seu trabalho para a desmistificação de mitos e preconceitos, contribuindo assim, para uma sociedade mais justa onde, realmente, se assegure o direito de uma educação para TODOS.

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada com professores e o corpo técnico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Joaquina Cassimira da Conceição, localizada na zona urbana do município de São Bentinho – PB, como suporte para adquirir informações sobre a realidade educacional local e o processo de Inclusão Escolar de pessoas com surdez, por intermédio dos profissionais que atuam na educação, mas que ainda não vivem esta realidade inclusiva.

Para a coleta de dados foi promovido um encontro com todos os profissionais da escola, realizado na própria escola, com duração de, aproximadamente, 6 horas de estudos, debates e questionamentos.

Buscando compreender a prática pedagógica dos professores ouvintes, utilizamos como instrumentos de coleta de dados a análise documental das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, dos Decretos Nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2006, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e Nº 6.571 de Setembro de 2008, que trata da obrigatoriedade da implantação das salas de recursos e do Atendimento Educacional Especializado e debates tendo como gatilhos de discussão roteiros semi-estruturados baseados na compreensão dos textos apresentados e no quadro educacional em que a escola está inserida.

A análise documental partiu da leitura do Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008, que refere-se a implantação das salas de recursos e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e como ele deve funcionar.

Os pontos mais debatidos foram:

- \* O conceito de Educação Inclusiva;
- \* Inclusão de alunos surdos no ensino regular;
- \* As metodologias aplicadas em sala de aula;
- \* A função de cada profissional no processo de Inclusão;
- \* Conhecimento sobre surdez e suas especificidades;

\* Formação profissional e a Língua de Sinais;

Os depoimentos dos profissionais participantes foram registrados e analisados qualitativamente a partir de suporte bibliográfico.



### **3 REFERENCIAL TEÓRICO:**

#### **3.1 Educação Inclusiva : Aspectos Legais**

A inclusão é um movimento mundial, que enfatiza a necessidade de se alcançar uma educação para todos, centrada no respeito e valorização das diferenças. Trata-se de um processo dinâmico e gradual que, consiste em estar atento aos movimentos pedagógicos curriculares na escola, que envolvam todos os alunos como indivíduos com histórias próprias, percepções particulares e com peculiaridades ímpares.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o princípio fundamental da inclusão é de que os alunos sempre que possível devem aprender juntos, independentemente de suas dificuldades ou diferenças. Para tanto, é necessário que as escolas se adequem para atender a todos os alunos, qualquer que seja sua condição física, social, emocional ou lingüística.

Skliar (1997) levanta reflexões acerca da antiga Escola Especial, na qual se realizava um trabalho de reabilitação, visando suprir as lacunas cognitivas comportamentais, lingüísticas e sociais dos alunos. E em se tratando da surdez, sabe-se que a mesma era reconhecida como uma patologia e não como uma experiência visual (concepção sócio-antropológica), favorecendo a estigmatização e a discriminação das pessoas surdas.

Conforme o autor, a forma inapropriada de se considerar a surdez como uma enfermidade que deve ser curada levou ao desenvolvimento de métodos educativos que não levavam em consideração as variáveis decorrentes da surdez. Resultante de tal pensamento errôneo, a pessoa com surdez enfrenta, até hoje, grandes dificuldades para entrar em contato com a língua do grupo social no qual está inserida, o que acarreta em conseqüências emocionais, sociais e cognitivas.

Diante desta realidade, os direitos das pessoas com surdez tornaram-se uma preocupação da sociedade em geral e no sentido de proporcionar uma melhor compreensão para reverter este quadro mundial, faz-se necessário o

reconhecimento de aspectos legais que asseguram a estas pessoas o direito de ser diferente.

A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas produziu vários documentos norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros. Dentre eles, pode-se destacar: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Declaração de Jomtien (1990); a Declaração de Salamanca (1994); a Convenção da Guatemala (1999).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos em seus artigos 1 e 2, reconhece que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos... sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”. Desta forma assegura às pessoas com deficiência os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, à educação, ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na vida comunitária.

A Declaração de Jomtien, Tailândia, declara que a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade, contribuindo para assegurar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, favorecendo o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e cooperação internacional. Ela combate a discriminação e promove um ideário de atendimento das necessidades básicas de aprendizagem de todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência.

Outro documento importante é a Declaração de Salamanca, redigida na Espanha, que tem como objetivo específico de discussão, a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais. Este documento deixa claro que, cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios e que os sistemas educativos devem ser projetados a partir de uma preparação das escolas regulares no que concerne ao espaço físico, corpo docente e material didático, e os programas aplicados a fim de atender as diferentes características e necessidades educacionais especiais nas escolas comuns, que deveram integrá-las numa pedagogia centrada na criança, independente de sua origem social, étnica ou lingüística. Assim a deficiência deixa

de ser o foco de análise a passa-se a valorizar as potencialidades dos alunos no processo de ensino e aprendizagem.

A Convenção da Guatemala, com o objetivo de eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, reforça a idéia de que todas as pessoas têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que emanam da dignidade e da igualdade. A partir de então, cobra ações governamentais a respeito da sensibilização da população contra o preconceito a esses indivíduos, evitando atitudes que vão contra o direito de igualdade.

No âmbito da inclusão o Brasil tem criado instrumentos norteadores para ação educativa e documentos legais para apoiar a construção de sistemas educacionais inclusivos, visando especialmente superar a tradição segregatória da atenção ao segmento populacional constituído de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.

A sociedade brasileira tem elaborado dispositivos legais que orientam as políticas públicas e sua prática social pela construção de uma sociedade para todos, passo fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

A Constituição Federal (1988) contemplou os municípios com autonomia política para mapear as necessidades de seus cidadãos, planejar e implementar os recursos e serviços que se revelam necessários para atender aos conjuntos de suas necessidades em todas as áreas da atenção pública. Em consonância a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996), responsabiliza o município por implementar em sua realidade sócio geográfica, a educação inclusiva, no âmbito da Educação Infantil e Fundamental.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, em seu Artigo 56 estabelece que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Em seu Artigo 54, o ECA também estabelece a obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Fundamental e o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência (AEE). Este apoio especializado consiste em um trabalho de complementação curricular, que

visa ao enriquecimento das atividades já desenvolvidas em sala de aula, para as quais o aluno surdo apresente maiores dificuldades e necessidades de um trabalho mais aprofundado.

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência prevista no decreto nº 3.298/99, também reforça o estabelecimento da matrícula compulsória de pessoas com deficiência, em cursos regulares, considerando a educação especial como modalidade de educação escolar que permeia todos os níveis e modalidades de ensino, sendo sua oferta obrigatória e gratuita em estabelecimentos públicos.

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/01 estabelece objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais que atendem ao desenvolvimento de programas educacionais em parceria com as áreas de saúde e assistência social; formação inicial e continuada dos professores para atendimento educacional às necessidades dos alunos e sistema de informação sobre a população a ser atendida pela educação especial, entre outros.

A Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, manifesta o compromisso do país com a construção coletiva de condições para atender bem à diversidade de seus alunos. Para tanto, ratifica a obrigatoriedade da matrícula de todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, tornando-se um espaço inclusivo. Enfatiza também a função social da escola e do seu projeto pedagógico na busca da identidade própria de cada educando, no reconhecimento e na valorização das suas diferenças e potencialidades.

A Secretaria de Educação Especial tem afirmado a concepção de educação inclusiva, fundamentada no princípio da atenção à diversidade e educação de qualidade para todos, objetivando a garantia do acesso à educação, a melhoria das condições de aprendizagem e a participação de todos os alunos.

No caso específico da surdez, a Lei nº 10.172/01 estabelece a implantação do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para os alunos surdos e, sempre que possível, para seus familiares e para o pessoal da unidade escolar. A Lei nº

10.436/06, regulamentada pelo decreto 5.626, reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais, defendendo-a como um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades surdas no Brasil, apoiando o seu uso e difusão. Em seu capítulo IV, assegura “ofertar, obrigatoriamente desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos”, para isso dispendo a escola de: professor de Libras; tradutor e intérprete de Libras; professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas e professor regente de classe.

[...] sabe-se que a questão do fracasso escolar está mais ligada aos preconceitos que temos a respeito da criança e da pobreza. Procurando ver as crianças e as classes populares sob a ótica de uma matriz dialética, ver o que a criança tem de feio e bonito, viver a diversidade, com crianças diversas, desmistificando os nossos estereótipos positivistas de que existe o “bom” aluno e o professor “padrão”. (DOTTI, 1992, p.27)

Levando em consideração a citação acima, pode-se pensar que a Educação Inclusiva pressupõe a formação docente e a organização das escolas para garantia do direito de todos à educação. Para tal, faz-se necessário que professores e gestores redimensionem a visão tradicional da educação, que a formação continuada de professores seja ampliada e que os currículos dos cursos de formação de professores sejam reestruturados para contemplar a diversidade presente na escola e conhecimentos acerca das necessidades educacionais especiais dos alunos.

Desta forma, a garantia do cumprimento dos elementos constitutivos desses documentos passa pela política de formação do professor e a existência de um projeto político pedagógico que conheça tais diferenças e garanta a construção de uma escola para todos, centrada no princípio social da inclusão. Isso implica em preparar os professores para que estejam comprometidos com a aprendizagem e o, desenvolvimento de seus alunos atentos para as diversidades de modo geral.

### 3.2 Educação Bilíngüe

A linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente, registrar o que conhece e comunicar-se com outros homens.

A Proposta Bilíngüe de Educação de Surdos, surgida no final da década de 70, tem por objetivo dar direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas, cabendo a este indivíduo escolher a língua que irá utilizar em cada situação lingüística em que se encontrar.

O Bilingüismo está relacionado à língua oral da comunidade ouvinte (no caso do Brasil, o português) e a língua de sinais da comunidade surda (a Língua Brasileira de Sinais – Libras). Sendo a língua de sinais a primeira língua da criança surda e a língua oral ou a língua escrita, a segunda língua, promovendo à criança surda o acesso aos processos que permitirão todo seu desenvolvimento lingüístico e cognitivo.

A surdez é uma experiência visual que traz aos surdos a possibilidade de constituir sua subjetividade por meio de experiências cognitivo-linguísticas diversas, mediadas por formas alternativas de comunicação simbólica, que encontram na língua de sinais, seu principal meio de concretização.

Conforme Ferreira Brito (1995), as línguas de sinais representam uma forma completa de comunicação das histórias surdas. Estas línguas apresentam todos os níveis de análise que constituem as línguas: fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático. Enfim, expressam idéias, pensamentos, sonhos, arte e histórias e reproduzem discursos, assim como qualquer outra língua.

A participação ativa de adultos surdos na educação da criança surda é fundamental, pois no momento em que estabelece contato com a criança surda transmite toda a base lingüística necessária para a aquisição de outras línguas, bem como a identidade e a cultura surda, por isso, a escola precisa estar atenta a programas que garantam o acesso à língua de sinais brasileira mediante a interação social e cultural com pessoas surdas.

Dois modelos de educação bilíngües podem ser destacados: o Modelo Sucessivo consiste no contato exclusivo com a língua de sinais, sendo a segunda língua só apresentada após o domínio da primeira; e o Modelo Simultâneo defende a apresentação paralela da língua da comunidade surda e da comunidade ouvinte, ocorrendo em dois momentos lingüísticos distintos.

No Brasil, a implantação de um modelo bilíngüe não é tarefa fácil, tendo em vista que existe, ainda, o preconceito com relação à surdez e à língua de sinais. A língua de sinais continua a ser utilizada como meio para ensinar a língua portuguesa, tendo em vista a sua visão errônea por parte dos profissionais que a consideram ineficaz para discutir os avanços científicos e tecnológicos que cabem à escola trabalhar.

Visando a "reprodução da fala", a escola propõe atividades mecanizadoras, treinos auditivos e leitura-labial. Os surdos não aprendem a sua língua natural, a língua de sinais (LS) e com isso, as crianças surdas não aprendem a estruturar seu pensamento, pois lhes falta uma língua que as instrumentalize.

A presença do intérprete é fundamental para a inserção das pessoas com surdez, que são usuárias da Língua de Sinais. Sua função é a de mediador da comunicação, proporcionando o desencadeamento de relações interpessoais e profissionais, que envolvam pessoas com surdez e ouvintes, não podendo ele interferir na relação estabelecida entre a pessoa com surdez e a outra parte.

Segundo o Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes da FENEIS/ Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, o intérprete deve: "agir com sigilo, discrição, distância e fidelidade à mensagem interpretada, à intenção e ao espírito do locutor da mensagem."

Também cabe ao intérprete saber o valor e limites de sua interferência no ambiente escolar, objetivando esclarecer e orientar os que necessitam de seus conhecimentos específicos, mobiliando gestores e professores para a importância de se promover a igualdade de acesso ao conhecimento para todos os alunos.

As escolas regulares por não reconhecerem a diferença lingüística dos surdos, depositam nos intérpretes toda a responsabilidade da educação dos alunos

surdos, desta forma continuam reproduzindo estratégias baseadas na oralidade e na audição como referenciais para a apropriação da escrita e leitura.

Em uma situação bilíngüe, como deveria ser o ambiente escolar, a atuação dos intérpretes de língua de sinais é de suma significância para que o aluno possa participar efetivamente da aula. Segundo Lacerda (2006) a proposta de educação bilíngüe, ou bilingüismo, tem como objetivo educacional o uso freqüente de duas línguas no contexto escolar, no qual estão inseridos alunos surdos.

Entretanto, é preciso lembrar que, o intérprete é apenas um mediador da comunicação e não um facilitador da aprendizagem e que o espaço da sala de aula pertence ao professor e ao aluno, sendo o professor o responsável pelo processo de aprendizagem. Evidenciando assim, a importância de que professor e aluno devem desenvolver entre si interações sociais e habilidades comunicativas, não dependendo totalmente do intérprete. Além do mais, se o professor tiver fluência em Libras, não existe a barreira da comunicação e a presença do intérprete torna-se desnecessária.

É de suma importância o desenrolar de discussões constantes sobre a tarefa de cada um no espaço inclusivo para a construção de uma vivência tranqüila que possa beneficiar o aluno surdo, tendo em vista que, a presença do intérprete não é suficiente para uma inclusão satisfatória.

### **3.3 Realidade Educacional Inclusiva**

As fragilidades das propostas de inclusão são explicitamente notadas, quando, na maioria das vezes, pode-se comprovar que o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por uma resistência maciça ao processo de inclusão, onde se apresenta: inadequação do ambiente escolar; número insuficiente de intérpretes; falta de capacitação dos professores para aprendizado da Libras e falta de material específico.

Até hoje, em algumas escolas, a surdez é vista apenas na concepção clínico-terapêutica e o modelo de educação utilizado visa a cura ou a reabilitação do surdo,



impondo-lhe a obrigação de falar através de práticas corretivas e de estimulação oral-auditiva.

A Educação de crianças especiais é um problema educativo como é também o da educação de classes populares, a educação rural, a das crianças da rua, a dos presos, dos indígenas, dos analfabetos, etc. É certo que em todos os grupos que menciono existe uma especificidade que os diferencia [...] (SKLIAR, 1997, p.14)

Na realidade são poucos os profissionais com formação específica para atuarem como intérpretes de Libras, por motivos de pouca oferta de cursos específicos nos pequenos centros urbanos ou por indisponibilidade de exercer a função de intérprete educacional, que seria a de difusor dos conhecimentos que tem sobre Libras e comunicação entre pessoas com surdez e ouvintes, tendo em vista que este trabalho exige dedicação de muitas horas semanais.

A Declaração de Salamanca defende a questão da língua, como elemento indispensável e peculiar da educação de surdos, entretanto o Plano Nacional de Educação Especial apenas recomenda o uso da língua de sinais pelos professores e familiares. Desconsiderando tal elemento, como característica elementar das comunidades surdas, tratando-a enquanto cultura subalterna ou minoritária, jamais como cultura diferente. Também as Diretrizes nº 2 de 2001 garante a presença do intérprete, mas esta não é cumprida, deixando o aluno com surdez à margem do processo educativo.

Nas escolas inclusivas, as crianças surdas, em seu processo de alfabetização não conseguem aprender porque a privação lingüística do surdo torna-se uma barreira para os próprios surdos, então eles são submetidos a processos similares às crianças ouvintes que dispõem do português como língua materna, o que desconsidera e discrimina a experiência visual surda e suas formas de pensamento.

Faz-se necessária, por conseguinte, a utilização de alternativas de comunicação que possam propiciar um melhor intercâmbio, em todas as áreas, entre surdos e ouvintes. Essas alternativas devem basear-se na substituição da audição por outros canais, destacando-se a visão, o tato e movimento.

O professor deve lançar mão de todos os recursos e estratégias visuais que acompanhem a oralidade. Dentre tantas alternativas podemos citar o alfabeto manual, mímica/dramatização, desenhos /ilustrações/ fotografias, recursos tecnológicos, língua portuguesa escrita, língua portuguesa oral/leitura labial.

Desta forma, pode-se concluir que a inclusão do surdo só será possível quando forem observadas suas necessidades especiais e que se estabeleça uma metodologia específica que garanta sua relação, comunicação e o desenvolvimento de seus valores sociais.

### **3.4 Pedagogia Surda**

A Pedagogia utilizada nas escolas tem provocado nos surdos um vazio cultural, pois reforça, constantemente, a idéia de deficiência e incapacidade. As crianças surdas não estão tendo boas oportunidades no ambiente escolar, devido ao fato das escolas ainda as terem como deficientes e que, pela força da lei estão obrigadas a receber.

Muitas são as barreiras que dificultam o processo de inclusão dos surdos nas escolas: a falta de professores surdos; o pouco domínio pelos professores ouvintes da Libras; a falta de informação sobre a surdez e a desvalorização da cultura surda.

Os critérios de avaliação utilizados nas escolas não respeitam as diferenças individuais. Os alunos surdos são avaliados como se fossem ouvintes e tivessem domínio do português, o que acaba por gerar a exclusão e o fracasso deste aluno.

A partir da mobilização dos movimentos surdos e da promulgação das leis de acessibilidade e da Libras muitas posturas vão se modificando. Na realidade atual da nossa sociedade, a cultura surda vem afirmando a necessidade da reinscrição da diferença cultural e conseqüente diferença pedagógica.

As comunidades surdas acreditam em suas potencialidades e lutam por mudanças educacionais como a presença do intérprete e a acessibilidade da Língua de Sinais. Além disso, a presença do professor surdo na sala de aula para viabilizar o contato com a representação surda, também faz parte de suas reivindicações,

tendo em vista que, estes atuam como modelos de identificação lingüístico cultural, exercendo funções e papéis significativos.

O alcance de uma maior qualidade na educação exige desenvolver um trabalho focado nas questões da representação dos surdos e sua identidade, construindo uma pedagogia surda que apresenta a surdez como uma experiência visual. Uma pedagogia que imponha mudanças nas representações da surdez, que construa a identidade surda e atente para a narrativa dos próprios surdos.

A Pedagogia Surda representa a tentativa de emancipação cultural pedagógica, voltada para o regate, à subjetividade do sujeito surdo e à consistência do povo. Uma verdadeira ruptura no universo teórico da educação que detém o modelo ouvinte.

O sujeito da Pedagogia Surda é um sujeito com características lingüísticas diferenciadas, mas com capacidade própria para avaliar sua educação que requer se diferente das outras pedagogias

A criança surda deve viver sua cultura desde cedo, entretanto, a escola inclusiva não trabalha os conteúdos da Pedagogia Surda, ela apenas prioriza as interações entre os indivíduos negando oportunidades para viver as diferenças.

Vejamos alguns princípios essenciais desta pedagogia apresentados por Perlin em Surdos: Cultura e Pedagogia

- Enfatização do fato de ser surdo como enunciado pedagógico – o sujeito surdo passa a se identificar como sujeito cultural, dentro da percepção da diferença surda, e não mais como deficiente. Essa descoberta de sua subjetividade vai contribuir para a constituição de relações de poder no sujeito, mas é preciso enfatizar que, essa descoberta de si como surdo só se dará com o contato outro surdo, onde ocorrerá a aceitação da diferença. A consciência de si mesmo permite ao sujeito conhecer sua existência e elevar seus padrões de auto-estima.

- Exaltação da presença da língua de sinais – a língua de sinais, produto da interação de um grupo de pessoas que se identificam pela comunicação visual, é fundamental para o desenvolvimento lingüístico, cognitivo e emocional dos alunos surdos, não podendo ser ignorada pelo professor em qualquer ato de interação com eles. As diretrizes para a educação dos surdos determinam que o professor ouvinte, com domínio da língua de sinais seja capacitado para o ensino do Português como a

segunda língua e participante do movimento da comunidade surda. O interprete é condição de acessibilidade na falta do professor surdo ou do professor ouvinte que seja fluente em libras. Todos os profissionais ligados a educação do aluno surdo deverão compreender e compactuar com os valores existentes quanto a língua de sinais e, assim começar o trabalho pedagógico, devendo então a pedagogia oral auditiva ser introduzida como aprendizagem acrescentada e não de substituição.

- Conservação da diferença como povo surdo – a luta pelo reconhecimento das diferenças representa o fortalecimento da identidade surda, e é através da pedagogia surda que os sujeitos surdos tem a oportunidade de estudar e interagir com sua língua natural e história cultural, fortalecendo-os assim, no combate a situações discriminatórias.

- Valorização e intercâmbio cultural – o trabalho intercultural constitui uma disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural, estimulando a interação solidária entre diferentes grupos culturais, que reconhecem e respeitam suas diferenças. O contato do aluno surdo com a cultura surda, movimentos surdos e expressões culturais surdas é fator fundamental da sintonia do surdo com sua comunidade e motivação na aprendizagem dos estudantes. A prática cultural das comunidades surdas devem fazer parte do currículo escolar.

O uso de tecnologias avançadas como: vídeos, DVD, internet, celular, retroprojetores, é um forte instrumento pedagógico para os espaços da Pedagogia Surda, pois oferece um espaço de interação social entre os sujeitos envolvidos, fortalecendo assim a auto-formação do indivíduo.

As alternativas de organização, metodologia e avaliação da aprendizagem devem favorecer a atividade própria dos alunos, estimular a cooperação e comunicação e avaliar o conhecimento dos alunos em todas as áreas, levando em consideração as características da interferência da língua de sinais em suas produções escritas.

As atividades pedagógicas devem despertar nos alunos o interesse e a atenção, estimulando-os a conscientização de que o que se aprende na escola serve para uso em sua vida cotidiana lá fora.

É fundamental que o professor dê atenção especial à comunicação visual como forma privilegiada na interação, a fim de evitar julgamentos precipitados e baseados apenas em sua própria experiência de aprendizagem. Portanto, torna-se necessário desenvolver alternativas que possibilitem meios de comunicação que os habilitem a desenvolver o seu potencial lingüístico, a fim de que estes alunos possam desempenhar seu papel social e integrar-se verdadeiramente na sociedade.

Uma Pedagogia Surda, que experiencie em seus alunos a observação e o comprometimento com comportamentos éticos e construtivos diante das diferenças é a possibilidade de transformação na educação dos surdos e na construção de uma sociedade que entende e acolhe as diferenças.

## 4 ANÁLISE DE DADOS

A falta de preparação, o desconhecimento sobre a surdez e sobre modos adequados de atendimento ao aluno e a inadequação curricular, são alguns dos tantos obstáculos que dificultam o processo de inclusão e aprendizagem dos alunos com surdez e por isso, necessitam sofrer mudanças e adaptações cabíveis, afim de que se promovam atividades que possam ser integradoras e significativas para surdos e ouvintes.

Geralmente, o discurso pedagógico relaciona as causas do fracasso escolar às interferências sócio-afetivas do aluno, vividas no seu contexto familiar, como: superproteção dos pais, falta de estímulos, pobreza, falta de conhecimento dos pais sobre a LS, remetendo a estes o impedimento do processo de ensino-aprendizagem.

Na realidade local em que estamos inseridos temos muitos casos de pessoas com déficit cognitivo, distúrbios de aprendizagem e alguns deficientes físicos, mas não há registro de alunos surdos. Sabe-se que existem alguns pouquíssimos casos de moradores com surdez na zona rural deste município, representados por pessoas já de idade avançada e que nunca tiveram formação escolar alguma.

Ao ler um artigo de Karnopp e Klein (2007) que descreve as narrativas de professoras sobre as línguas de sinais na Educação de Surdos é imprescindível destacar um trecho que afirma que apesar de ser reconhecida pelos professores, a Língua de sinais, como a língua da educação dos surdos, acaba por não ser utilizada no processo de escolarização devido ao fato de muitos profissionais não conseguirem se comunicar com seus alunos, em língua de sinais, de forma eficiente.

Advém a preocupação em torno da preparação dos educadores e demais funcionários da educação deste município frente a uma realidade ainda não vivenciada, mas que, com o desenvolvimento do processo de inclusão, não tardará a acontecer.

No encontro realizado com os funcionários, que serviu de base para a presente pesquisa, foram muitas as discussões em torno do processo da inclusão e

de sua funcionalidade, como elemento norteador das novas práticas pedagógicas. Nosso espaço físico já está sendo adequado, entretanto, as mentalidades ainda estão enraizadas em uma cultura tradicional, que ignora as potencialidades das pessoas com deficiência, seja qual for a sua especificidade.

Os pontos de vista sobre a surdez variam de acordo com as diferentes épocas e os grupos sociais no qual são produzidos e são estas representações que dão origem a diferentes práticas sociais, que limitarão ou ampliarão o universo de possibilidades de exercício de cidadania das pessoas surdas.

Ainda é preciso possibilitar a compreensão que, independentemente da sua perda auditiva, o aluno surdo é capaz de construir conhecimento desde que lhe seja propiciado um contexto linguístico interativo partindo de situações significativas e que para tal, faz-se necessário o compromisso por parte da comunidade escolar em adequar-se metodologicamente para este aluno criando alternativas de fazê-lo ingressar e permanecer no ambiente escolar de forma participativa.

De acordo com os debates, observa-se que as dinâmicas de aula variam de acordo com cada professor e com os conteúdos, mas há um predomínio de aulas expositivas com uso preferencial do quadro branco como apoio para as explicações. Ao se falar em Educação Inclusiva e realizar a leitura do decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que trata da obrigatoriedade da implantação das salas de recursos e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o discurso mais evocado exprime a relutância em se trabalhar com as diferenças, alegando muitas vezes que, “a escola agora tem que dar conta de tudo”, pensamento minúsculo e repleto de preconceitos.

As falas dos professores trazem argumentos que denotam falta de clareza sobre a área trabalhada, insegurança quanto aos papéis do professor de surdos e, sobretudo, revelam a falta de um projeto sócio-político que resgate medidas efetivas sobre os problemas referentes ao fracasso escolar das pessoas surdas. Contudo, desconhecem também a necessidade da pessoa surda participar dos projetos e das decisões sobre sua vida escolar, colocando-a em lugar de incapacitada e marginalizada.

A proposta pedagógica da nossa escola ainda não leva em consideração a presença dos alunos surdos, por isso não se apresenta comprometida com a diversificação e flexibilização curricular a fim de que o convívio entre as diferenças possa ser, de fato, um exercício cotidiano, no qual ritmos e estilos de aprendizagem sejam respeitados e a prática da avaliação seja concebida numa perspectiva dialógica.

Além do tradicionalismo que permeia nossa realidade, caracterizado por práticas pedagógicas predominantemente oralistas e da relutância de alguns profissionais em se trabalhar na perspectiva da educação inclusiva, contamos também com o entrave da formação deficitária destes profissionais que, de forma errônea ainda defendem a permanência das tradicionais “Escola Especiais”.

É de fundamental importância compreender a aprendizagem como um processo social, com meios facilitadores e variados para mediar o aprender, respeitando o desenvolvimento dos alunos, cabendo ao professor rever métodos tradicionais, reducionistas e inviabilizadores do prazer em aprender.

Conforme Tonini (1997, p.56):

[...] o desafio que se coloca é para os professores envolvidos, inclusive a escola, de renunciar aos privilégios da visão tradicional e conservadora oferecidos, e começar a atuar de forma mais aberta, para descobertas de novos conceitos, atuações, visando sempre um estudo integrado que busque uma compreensão global do [fracasso].

Em seu artigo, Karnopp e Klein (2007) também falam da importância da provocação de novos caminhos, de novas possibilidades na prática docente, através da definição de estratégias de qualificação dos espaços educacionais, visualizando, principalmente, um aumento significativo de projetos que apontam para a formação dos professores de surdos. E isto, em nossa realidade se torna uma grande preocupação, tendo em vista a falta de preparo de alguns educadores em aceitar os desafios que a educação de surdos propõe, mas que, mais cedo ou mais tarde, terão que, por determinação, atender à Política Nacional de Inclusão Escolar.



Ao tratarmos da língua dos surdos, a Língua de Sinais, e da forma de se trabalhar com ela no espaço escolar, foi de entendimento de todos que a língua na Educação de Surdos requer um maior comprometimento dos educadores, tendo em vista que estes devem compartilhar com seus alunos um ambiente lingüístico adequado ao ensino, constituído da relação da LIBRAS, como primeira língua para os surdos, e do ensino do Português como segunda língua. Frases como: “eu acho bonito quando duas pessoas estão se comunicando pela língua de sinais, mas eu não entendo nada...” foram bastante utilizadas e expressam a carência de conhecimentos específicos para atender os alunos com surdez em suas necessidades. E como afirma Karnopp, 2007, p. 68:

“Conhecer uma língua pressupõe interagir com usuários de uma mesma língua. Significa conhecer não somente um vocabulário (ou alguns sinais), mas a gramática dessa língua, isto é, as regras sociais, lingüísticas e discursivas que regem os contextos em que essa língua é usada.”

Nesta visão pode-se afirmar que a língua de sinais é indiscutivelmente imprescindível para que a Educação de Surdos se efetive, considerando assim a diferença lingüística e cultural dos surdos. Afirmando que, “É a partir desta língua que o sujeito surdo deverá entrar em contato com a língua majoritária de seu grupo social, que será, para ele, sua segunda língua” (LACERDA,2006).

Ao discutir sobre as estratégias metodológicas no ensino do Português, desenvolvidas pelos professores pesquisados, Karnopp e Klein apontam a diversidade textual como instrumentos didáticos muito utilizados por todos os profissionais para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita de alunos surdos. Esta diversidade de textos, também exige uma diversidade de estratégias pedagógicas como: exploração de imagens; a interação da Libras com a segunda língua dos surdos, dramatizações, dentre outros.

A diversidade textual, também é um dos requisitos mais enfatizados em nossa escola. Nota-se que há a preocupação dos educadores em apresentarem novidades e atualidades aos alunos, através de estratégias diferenciadas. Entretanto, sabe-se que, muitas dessas estratégias desenvolvidas atualmente em sala de aula, não potencializaria o aprendizado do aluno surdo, por esbarrarem no despreparo e falta

de conhecimento dos professores em Libras e Língua Portuguesa, tanto em seus aspectos lingüísticos, quanto sociais, culturais e políticos.

Esta realidade educacional se dá porque cursos de Libras e de elementos constitutivos da especificidade cultural dos surdos não fizeram parte da formação da maioria dos docentes, e a própria experiência profissional ainda não lhe proporcionou um trabalho prático e direto com a realidade surda. Como afirma Lacerda, 2006: “O modelo inclusivo sustenta-se em uma filosofia que advoga a solidariedade e o respeito mútuo às diferenças individuais, cujo ponto central está na relevância da sociedade aprender a conviver com as diferenças.”

Nesta perspectiva, apresenta-se então, a necessidade de formação continuada no que concerne ao conhecimento da Libras e das especificidades de ensino de Língua Portuguesa para surdos, bem como, as conquistas das comunidades surdas no contexto histórico. Para tanto, faz-se imprescindível, a troca de experiências com professores que atuam nesta área, a presença de intérpretes, instrutores surdos, professores especializados e de materiais pedagógicos específicos, além do contato direto com a comunidade surda, oportunizando uma cultura de colaboração entre alunos surdos e ouvintes.

Muitos autores acreditam que os valores e princípios da educação inclusiva sejam capazes de promover instituições mais justas do que aquelas que fundamentaram a segregação das pessoas com deficiência por tantos séculos.

Lacerda, 2006, p. 179, afirma ainda que:

“Para ver e saber o que realmente se passa, como se podem dar as relações em uma sala de aula entre alunos surdos e ouvintes, professores e alunos que vivenciam esta experiência de inclusão precisariam conhecer algo diverso, conhecer melhor a surdez e sua realidade, de modo a refletir sobre o que têm vivido.”

Diante desta afirmação, podemos concluir que a experiência da inclusão só se fará realidade, no momento em que, os indivíduos se abrirem às mudanças e começarem a compreender que as diferenças não podem ser tratadas com indiferença, mas com respeito e valorização.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo discutir sobre a inclusão de pessoas surdas em escolas de ensino regular, levando os profissionais de uma escola pública municipal, que ainda não experimentaram esta realidade, a refletir sobre a sua formação profissional e as práticas segregativas que quase sempre caracterizam a educação das pessoas surdas, perpetuando a exclusão destes indivíduos e impedindo o desenvolvimento efetivo de suas capacidades.

Diante do trabalho de pesquisa realizado na escola, é indiscutível a importância de um projeto político - pedagógico que reconheça as diferenças e garanta a construção de uma escola para todos, assentado no princípio social da inclusão e que prepare o professor para que esteja comprometido com a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com deficiência auditiva. Além disso, também se faz imprescindível que haja o esclarecimento para os alunos ditos normais, familiares e toda comunidade escolar sobre o processo de inclusão.

Verifica-se que o corpo docente questionado não possui conhecimento amplo sobre a metodologia necessária para ensinar uma criança surda e que a maior dificuldade encontra-se na forma de comunicação entre os alunos e professores. A escola necessita abrir as portas para a inclusão, e para tal faz-se necessária uma intervenção a partir da formação inicial dos profissionais, nos cursos de Pedagogia e nas Licenciaturas diversas, que atentem para a realidade de uma educação inclusiva para surdos.

Entretanto, mais do que uma revisão curricular na formação inicial do profissional da educação e em cursos de formação continuada, destaca-se o compromisso do educador, como cidadão, de rever suas práticas e realizar um trabalho que faça a diferença na vida de todos os seus alunos, influenciando, positivamente, na sua formação social e acadêmica, contribuindo assim para o fim da exclusão.

Se a escola optar por uma proposta de educação que valorize a língua de sinais e o contato com os pares surdos, a identidade da criança será mais fortalecida. O convívio com seus pares permite a identificação positiva, a

possibilidade de trocas lingüísticas, desfazendo-se, para eles, a sensação de isolamento social e cultural.

Face ao exposto, pode-se concluir que o aluno com surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a pessoa ouvinte, precisando, somente, que tenha suas necessidades especiais supridas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Decreto Lei nº 339, de 22 de dezembro de 2005. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Decreto Lei nº 6571, de 17 de setembro de 2008. Brasília, DF, 2008.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro-UFRJ, 1995.

DOTTI, Corina. **Fracasso escolar e classes populares**. In GROSSI, E. BORDIN, J. Paixão de aprender. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 21-28, 1992.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena. **Narrativas de Professoras Sobre a(s) Língua(s) na Educação de Surdos**. Rio Grande do Sul: Educação e Realidade, 2007.

PERLI, Gladis T.T. **Surdos: cultura e pedagogia**. Disponível em <http://www.rizoma3.ufsc.br/textos/275.pdf>

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

TONINI, Andréa. **Dificuldades de aprendizagem: uma realidade crescente nas instituições escolares**. Cadernos de Educação Especial. Universidade Federal de Santa Maria, 1997.